

Demonstrações Financeiras Individuais

CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.

31 de dezembro de 2022
com relatório do auditor independente

Centro Clínico Gaúcho
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

Índice

Demonstrações Financeiras auditadas

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	10
Notas explicativas às Demonstrações Financeira individuais.....	11

*Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)*

		31 de dezembro de	
		2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	NOTA	183.091.542,27	146.315.751,70
Disponível	7	11.021.240,30	3.064.432,94
Realizável		172.070.301,97	143.251.318,76
Aplicações Financeiras	8	134.537.596,98	82.633.562,36
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	8.1	100.289.196,74	38.226.332,94
Aplicações Livres	8.2	34.248.400,24	44.407.229,42
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	17.225.185,41	24.910.549,37
Contraprestação Pecuniária a Receber		16.952.553,00	24.036.443,74
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		-	97.975,69
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		272.632,41	776.129,94
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	10	85.947,09	79.354,69
Despesas Diferidas	11	4.916.879,71	-
Créditos Tributários e Previdenciários	12	4.195.353,81	826.890,54
Bens e Títulos a Receber	13	11.088.846,06	34.369.336,81
Despesas Antecipadas		20.492,91	431.624,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE		169.360.006,45	79.605.547,34
Realizável a Longo Prazo		89.487.247,59	14.178.229,12
Títulos e Créditos a Receber	13	8.658.859,11	2.977.548,31
Ativo Fiscal Diferido	14	5.629.026,06	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	15	15.485.489,46	11.200.680,81
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo	16	59.713.872,96	-
Investimentos	17	14.416.956,74	1.817,70
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		14.416.956,74	1.817,70
Participações Societárias em Rede Assistencial Não Hospitalar		14.416.956,74	1.817,70
Imobilizado	18	43.035.352,74	36.667.339,77
Imóveis de Uso Próprio		5.966.004,34	4.790.144,46
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		4.505.470,85	4.433.615,35
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		1.460.533,49	356.529,11
Imobilizado de Uso Próprio		4.927.958,52	8.516.286,34
Hospitalares / Odontológicos		4.624.396,79	-
Não Hospitalares / Odontológicos		303.561,73	8.516.286,34
Imobilizações em Curso		879.190,00	898.341,22
Outras Imobilizações		15.309.233,27	22.462.567,75
Direito de Uso de Arrendamentos		15.952.966,61	-
Intangível	19	22.420.449,38	28.758.160,75
TOTAL DO ATIVO		352.451.548,72	225.921.299,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

		31 de dezembro de	
		2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	NOTA	125.803.573,34	86.588.347,21
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	20	96.407.968,87	49.668.575,31
Provisões de Prêmios / Contraprestações		3.170.946,41	2.217.937,96
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		3.170.946,41	2.217.937,96
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		38.255.908,15	30.579.069,93
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		16.784.373,79	62.339,42
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		38.196.740,52	16.809.228,00
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	21	585.277,14	571.376,46
Contraprestações / Prêmios a Restituir		-	7.934,27
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		315.162,50	380.823,57
Comercialização sobre Operações		270.114,64	182.618,62
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	22	4.913.464,45	4.858.714,12
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	24	-	11.234.516,00
Débitos Diversos	25	23.896.862,88	20.255.165,32
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		94.252.267,45	51.742.785,73
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	20	5.261.056,88	3.825.879,71
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		5.261.056,88	3.825.879,71
Provisões		66.388.165,35	13.526.749,42
Provisões para Tributos Diferidos	26.1	196.216,59	-
Provisões para Ações Judiciais	26.2	65.550.360,24	13.526.749,42
Provisões para Outras Contingências	26.2	641.588,52	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	22	743.288,13	1.687.726,76
Parcelamento de Tributos e Contribuições	23	743.288,13	1.687.726,76
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	24	-	32.547.787,01
Débitos Diversos	21	21.859.757,09	154.642,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	27	132.395.707,93	87.590.166,10
Capital Social		280.567.126,93	63.859.600,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	13.000.000,00
Reservas		-	10.730.566,10
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		-	10.730.566,10
Lucros/Prejuízo Acumulados		(148.171.419,00)	-
TOTAL DO PASSIVO		352.451.548,72	225.921.299,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31 de dezembro de	
		2022	2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		<u>433.138.763,53</u>	<u>393.402.666,12</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	28	444.160.481,68	403.790.404,28
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		444.160.481,68	403.790.404,28
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(11.021.718,15)	(10.387.738,16)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		<u>(391.400.652,14)</u>	<u>(316.347.323,31)</u>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(384.681.355,97)	(308.987.421,39)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(6.719.296,17)	(7.359.901,92)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		<u>41.738.111,39</u>	<u>77.055.342,81</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	30	492.104,14	1.115.126,98
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	30	<u>2.727.900,94</u>	<u>990.735,37</u>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		2.727.900,94	990.735,37
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	30	<u>(36.695.302,02)</u>	<u>(36.437.257,98)</u>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(974.194,44)	(3.118.582,03)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(36.027.881,04)	(30.314.074,20)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		306.773,46	(3.004.601,75)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	30	(1.054.291,59)	(1.209.760,33)
RESULTADO BRUTO		<u>7.208.522,86</u>	<u>41.514.186,85</u>
Despesas de Comercialização	31	(9.277.126,53)	(12.423.308,29)
Despesas Administrativas	29	(39.735.080,35)	(54.614.901,16)
Resultado Financeiro Líquido	32	<u>4.707.628,28</u>	<u>(2.143.080,65)</u>
Receitas Financeiras		15.892.696,77	4.866.243,82
Despesas Financeiras		(11.185.068,49)	(7.009.324,47)
Resultado Patrimonial		<u>(4.139.638,66)</u>	<u>337.302,95</u>
Receitas Patrimoniais		695.983,75	341.352,58
Despesas Patrimoniais		(4.835.622,41)	(4.049,63)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>(41.235.694,40)</u>	<u>(27.329.800,30)</u>
Impostos Diferidos		5.629.026,06	-
RESULTADO LÍQUIDO		<u>(35.606.668,34)</u>	<u>(27.329.800,30)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	(35.606.668,34)	(27.329.800,30)
Outros Resultados Abrangentes	(123.295.316,76)	-
Ajuste na combinação de negócios	(123.295.316,76)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(158.901.985,10)	(27.329.800,30)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DS DS DS



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	46.859.600,00	-	38.060.366,40	-	84.919.966,40
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	13.000.000,00	-	-	13.000.000,00
Aumento de Capital em espécie	17.000.000,00	-	-	-	17.000.000,00
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(27.329.800,30)	-	(27.329.800,30)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	63.859.600,00	13.000.000,00	10.730.566,10	-	87.590.166,10
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13.000.000,00	(13.000.000,00)	-	-	-
Aumento de Capital em espécie	202.500.000,00	-	-	-	202.500.000,00
Aumento de Capital por incorporações	1.207.526,93	-	-	-	1.207.526,93
Ajustes na combinação de negócios	-	-	-	(123.295.316,76)	(123.295.316,76)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(35.606.668,34)	(35.606.668,34)
Absorção do Prejuízo com Reserva de Lucros	-	-	(10.730.566,10)	10.730.566,10	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	280.567.126,93	-	-	(148.171.419,00)	132.395.707,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DS DS DS



Rua Dona Margarida, 537 – Bairro Navegantes
Porto Alegre/RS CEP 90240-611

INTERNO

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	433.294.636,95	394.285.838,33
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	411.463.629,70	234.531.079,14
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	4.091.502,29	1.813.568,54
(+) Outros Recebimentos Operacionais	19.838.053,10	16.272.292,06
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(332.213.970,29)	(269.023.920,40)
(-) Pagamento de Comissões	(13.630.808,23)	(9.924.560,60)
(-) Pagamento de Pessoal	(33.058.612,33)	(38.794.105,68)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(151.475,96)	(2.166.440,00)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(58.263.573,22)	(44.059.717,58)
(-) Pagamento de Tributos	(35.090.820,06)	(27.315.140,97)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(15.994.846,28)	(2.216.244,06)
(-) Pagamento de Aluguel	(1.456.654,53)	(1.017.164,91)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(488.632,94)	(1.365.544,36)
(-) Aplicações Financeiras	(448.266.678,42)	(226.319.436,78)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(59.714.435,89)	(44.118.311,38)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(129.642.686,11)	(19.417.808,65)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	682.844,76
(+) Outros Recebimentos de Atividades de Investimento	160.792,80	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(933.266,73)	(3.390.527,18)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(14.500.000,00)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(15.272.473,93)	(2.707.682,42)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	202.500.000,00	30.000.000,00
/(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(3.210.056,03)	(3.140.287,44)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(46.417.976,57)	(6.534.067,09)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	152.871.967,40	20.325.645,47
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	7.956.807,36	(1.799.845,60)
CAIXA – Saldo Inicial	3.064.432,94	4.864.278,54
CAIXA - Saldo Final	11.021.240,30	3.064.432,94
Ativos Livres no Início do Período (*)	47.471.662,36	51.633.368,56
Ativos Livres no Final do Período (*)	45.269.640,54	47.471.662,36
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	(2.202.021,82)	(4.161.706,20)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em Reais)**

1. Contexto Operacional

O CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA., é uma operadora de planos de saúde, fundada em 20/maio/1995, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 39.280-4, que atua na comercialização de planos privados de assistência à saúde, através de serviços próprios e de terceiros em nível ambulatorial e hospitalar, firmando convênio com pessoas físicas e jurídicas, na modalidade de pré-pagamento ou de prestação de serviços. Controlada pela CCG Participações S.A. (a "Companhia") a partir do dia 31/05/2019 uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul.

2. Outros assuntos

2.1. Efeitos do Coronavírus (COVID-19)

Com o avanço dos programas de vacinação da população mundial e maior controle sobre a pandemia, os efeitos da COVID-19 reduziram drasticamente, sendo possível observar a diminuição e, em determinados casos, a extinção das medidas de isolamento social.

A economia brasileira apresentou uma melhora na atividade econômica, bem como a adaptação dos consumidores às novas condições sociais, resultando em um melhor desempenho do consumo e serviços. Como resultado, a economia local vem retornando aos níveis de pré-pandemia, com a imunização de grande parte da população, ainda que se observem incertezas decorrentes do surgimento de novas variantes do coronavírus.

Desde o início da pandemia, a Companhia e suas controladas têm se comprometido em assegurar a seus beneficiários acesso à saúde de qualidade mesmo diante do cenário desafiador. A Companhia e suas controladas permanecem vigilantes, monitorando os possíveis impactos de eventuais novas variantes do COVID-19 em seus negócios e atuando proativamente para garantir o atendimento aos beneficiários e contribuir com a sociedade.

Não foram identificados no exercício atual, idem a exercícios anteriores, desde o início da Pandemia, quaisquer riscos de créditos e insuficiências de perdas esperadas sobre créditos, ou ainda, riscos de liquidez e geração de caixa da Operadora.

3. Reestruturação societária

A Operadora por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por meio de aquisições e reestruturação societária, com o objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional, realizou o seguinte evento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

(i) *Incorporação da União de Clínicas Rio Grande Ltda.*

Conforme Ata de Reunião dos Sócios (ARS) realizada em 22 de agosto de 2022, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a empresa União de Clínicas Rio Grande Ltda, pela Operadora. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 01º de setembro de 2022. O acervo líquido base da incorporação foi no montante de R\$ 654.241,10 (Seiscentos e Cinquenta e Quatro Mil Duzentos e Quarenta e Um e Dez Centavos).

(ii) *Incorporação do Centro Clínico Canoas Ltda.*

Conforme Ata de Reunião dos Sócios (ARS) realizada 22 de agosto de 2022, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a empresa *Centro Clínico Canoas Ltda*, pela Operadora. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 01 de setembro de 2022. O acervo líquido base da incorporação foi no montante de R\$ 553.285,83 (Quinhentos e Cinquenta e Três Mil e Duzentos e Oitenta e Cinco Reais e Oitenta e três Centavos).

4. Base de apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 528 de 29 de abril de 2022 e alterações subsequentes.

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

De acordo com o item 4 (a) do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a Administração optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas desta Operadora por entender que todos os requerimentos da norma, que inclui a disponibilização das demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador indireto BCBF Participações S.A., entidade domiciliada no Brasil, que foram divulgadas em 28 de fevereiro de 2022, de acordo com as normas brasileiras de relatório financeiro.

A Operadora ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios, (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Operadora aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as

informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Operadora.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração 17 de fevereiro de 2022.

b) Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas – mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

c) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado;
- espera-se que seja realizado em até 12 meses após a data do balanço; e
- caixa ou equivalentes de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado;
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são contabilizados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todos os saldos foram apresentação em centavos, exceto quando indicado de outra forma.

e) Comparabilidade

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2021, conforme disposições do CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS.

f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- provisão para perdas sobre créditos;
- recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- provisões técnicas; e
- provisões judiciais.

5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da operadora foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Operadora considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Para efeitos das demonstrações financeiras individuais, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalente de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

- Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.

A Operadora reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, títulos públicos e aplicações financeiras com garantias classificadas como títulos e valores mobiliários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.

- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Operadora está predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde e odontológico e que são relacionados com seguros.

A Operadora reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Operadora avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Operadora optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

Passivos financeiros

Classificação e reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivo financeiro ao custo amortizado e acrescidos do custo de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Operadora incluem: fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

- Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.

c) Provisão para perdas sobre créditos

A Operadora constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 528/2022.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para os saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

d) Despesas de comercialização diferidas (DAC – Deferred Acquisition Cost)

As despesas de comercialização que se referem aos agenciamentos são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos e são refletidas no saldo da conta “Despesas diferidas”, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 528/2022, o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas “Despesas Diferidas” no ativo circulante, que compreende o saldo de até 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

e) Investimento

A participação societária que a Operadora possui em suas controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial e está registrada na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” na demonstração do resultado.

f) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa 19 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Operadora baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Operadora estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

i) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável (impairment), o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs ou grupos de UGCs) da Operadora, que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As UGCs às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de *impairment* ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar *impairment*. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por *impairment* é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

j) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Devido às atividades operacionais da Operadora certas provisões são requeridas, conforme abaixo:

- A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 442/2018, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 528/2022).
- A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Sistema Único de Saúde - SUS” – em contrapartida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde” (registrado na rubrica “Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS” – no passivo circulante e não circulante.
- Provisão de eventos ocorridos e não avisados no SUS – PEONA SUS – refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do Sistema SUS e que não tenham sido avisados. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente pela ANS (Resolução Normativa nº 442/2018, alterada conforme comunicado nº 88/ANS).
- Provisão para Insuficiência de Contraprestação – PIC – refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, conforme a Resolução Normativa RN 442/2018.

Conforme Resolução Normativa 549/2022 e 521/2022, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

k) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

l) Tributos diretos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

A Operadora adota para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real - após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social – diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo;

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

m) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os quotistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia de quotista.

n) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Operadora atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Operadora entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Operadora adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 – Contratos com clientes.

o) Reconhecimento de Receitas Operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Operadora e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no subitem “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 20, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

p) Receitas de Contratos com Clientes

- Prestação de serviços

A Operadora presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Operadora avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados.

- Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

q) Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT)

O CPC 11/IFRS4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Operadora contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Operadora e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Operadora utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

6. Gerenciamentos de riscos

A Operadora opera com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento) e odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Operadora está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 528/2022 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Operadora procura priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 521/22 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Aplicações financeiras

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 521/22 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 100.289.196,74 (cem milhões e duzentos e oitenta e nove mil e cento e sessenta e seus reais e setenta e quatro centavos) em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 38.226.332,94 (trinta e oito milhões e duzentos e vinte seis mil e trezentos e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos) em 31 de dezembro de 2021.

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Assets and Liabilities Management). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

c) Risco de seguro

O modelo de negócio da Operadora é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e

odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Operadora também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Operadora monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

d) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

A Operadora adota a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

Por meio da Resolução Normativa (RN) 521/22 da ANS e em consonância com a Resolução do CMN nº 4.993 e 4.994, estabelece nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e diante desta requisição, a Operadora optou em adicionar em seu portfólio aplicação em títulos públicos pré-fixados.

O portfólio financeiro da Operadora está em sua quase totalidade exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A composição das aplicações financeiras está demonstrada na nota explicativa 8.

A Operadora possui captação em empréstimos e financiamentos, ficando expostas a variação da taxa CDI. A composição de empréstimos e financiamentos está sendo apresentada na nota explicativa 24.

A Operadora trabalha com instituições financeiras de primeira linha que apresentam a seguinte classificação de rating:

Emissores	31 de dezembro de		Rating Nacional - Longo Prazo ¹
	2022	2021	
Banrisul	6.852,01	7.159,33	-
Banco Bradesco S.A.	7.169.272,91	6.188.173,35	AAA(bra)
Banco do Brasil	13.238.529,10	15.851.795,89	AA(bra)
Banco Santander (Brasil) S.A.	56.946.027,36	47.458.760,61	brAAA
Caixa Econômica Federal	911.228,71	-	AA(bra)
Itaú Unibanco S.A.	56.265.686,89	13.127.673,18	AAA(bra)
	134.537.596,98	82.633.562,36	

¹Fonte: Rating Nacional - Longo Prazo - classificação conforme agência Fitch Rating

7. Disponível

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Caixa	12.308,74	14.326,70
Bancos conta movimento	11.008.931,56	3.050.106,24
	11.021.240,30	3.064.432,94

8. Aplicações financeiras

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	100.289.196,74	38.226.332,94
Aplicações Livres	34.248.400,24	44.407.229,42
	134.537.596,98	82.633.562,36

8.1 Aplicações garantidores de provisões técnicas

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Banco do Brasil S.A - Aplic ANS	13.238.529,10	11.989.403,95
Bradesco S.A - Aplic ANS	6.344.652,04	5.747.586,87
Bco Santander S.A - Aplic ANS	13.962.629,96	12.644.077,47
Bco Santander S.A - Aplic ANS	853.215,46	773.494,04
Banco Itau S.A - Aplic ANS	3.257.781,53	2.952.323,92
Banco Santander S.A-Aplic ANS Ii Rf	11.140.015,59	4.119.446,69
Banco Itau S.A-Aplic HPVIDA ANS RF	22.230.886,96	-
Banco Caixa Econ Fed Aplic ANS-RG	904.161,27	-
Banco Santander Aplic HapVida ANS Cred Priv	28.357.324,83	-
	100.289.196,74	38.226.332,94

8.2 Aplicações livres

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Banco Bradesco	824.620,87	440.586,48
Banco do Brasil	-	755.176,66
Banco Banrisul	6.852,01	7.159,33
Bco Santander S.A-Aplic ContaMax Empres	2.517.057,53	984.573,95
Bco Santander-Aplic CDB DI Corporate	115.783,99	28.937.168,46
Bco Itau-Aplic CDB DI	-	2.507.907,61
Bco BB Aplic RF LP Corporate	-	3.107.215,28
Bco Itau Aplic CDB POS	8.716.383,52	7.667.441,65
Itaú S.A - HAP Renda Fixa	22.060.634,88	-
Caixa Econ Federal Aplic-RG	7.067,44	-
	34.248.400,24	44.407.229,42

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas.

9. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Planos de Assistência à Saúde		
Planos coletivos	17.223.642,10	25.015.794,09
Planos individuais	2.855.668,99	5.777.513,08
Créditos Operadora	315.979,66	1.053.397,83
Subtotal	20.395.290,75	31.846.705,00
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(3.170.105,34)	(6.936.155,63)
Total líquido	17.225.185,41	24.910.549,37

Idade dos saldos dos valores a receber dos conveniados dos planos de saúde da entidade:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
A Vencer	13.119.451,11	7.688.328,77
Vencidos de 1 a 30 dias	3.578.710,25	21.411.516,01
Vencidos de 31 a 60 dias	833.529,13	1.030.766,17
Vencidos de 61 a 90 dias	378.886,03	336.546,75
Vencidos a mais de 90 dias	2.484.714,23	1.379.547,30
Subtotal	20.395.290,75	31.846.705,00
(-) PPSC	(3.170.105,34)	(6.936.155,63)
Total líquido	17.225.185,41	24.910.549,37

10. Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com plano de saúde da operadora

O saldo deste grupo refere-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde, basicamente atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela entidade:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Títulos a Receber		
Contas a receber	85.947,09	90.556,01
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos	-	(11.201,32)
Total	85.947,09	79.354,69

11. Despesas diferidas

Em 18 de maio de 2022, a Operadora protocolou na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a Nota Técnica Atuarial, justificando o tempo de permanência dos contratos coletivos e individuais, dando suporte para o diferimento das despesas de comercialização num prazo de 36 meses conforme mencionado na RN nº 517, de 04 de maio de 2022.

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Comissões/Agenciam diferidos-PF	1.351.802,35	-
Comissões/Agenciam diferidos-PJ	3.565.077,36	-
	4.916.879,71	-

12. Créditos Tributários

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Créditos Tributários		
IRRF (i)	4.172.045,79	800.083,79
CSRF	6.166,54	-
INSS A Recuperar	-	225,87
PIS e COFINS	16.985,04	15.776,44
ISS a Recuperar	156,44	10.804,44
Total	4.195.353,81	826.890,54

(i) IRRF sobre resgates de aplicações financeiras e retenções sobre faturamento.



Rua Dona Margarida, 537 – Bairro Navegantes
Porto Alegre/RS CEP 90240-611

13. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Almoxarifado	10.016.332,05	6.939.045,56
Adiantamentos (i)	193.418,47	23.933.394,68
Outros Créditos a Receber (“ii” e “iii”)	9.537.954,65	6.474.444,88
Total	19.747.705,17	37.346.885,12

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Curto Prazo	11.088.846,06	34.369.336,81
Longo Prazo	8.658.859,11	2.977.548,31
Total	19.747.705,17	37.346.885,12

- (i) Adiantamentos realizados a fornecedores de material.
- (ii) Valores de consórcios aguardando contemplação.
- (iii) A Entidade constituiu créditos a realizar relativos a montantes pagos a título de Taxa de Saúde Suplementar, no valor de R\$ 2.950.483,94 tendo por base ação judicial transitada em julgado.

14. Ativo fiscal diferido

Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originais de:	Reconhecimento na demonstração do resultado	31 de dezembro de	
		2022	2021
Provisão para perdas sobre crédito (PPSC)	1.077.835,82	1.077.835,82	-
Provisões para ações judiciais (Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas)	4.391.681,45	4.391.681,45	-
Provisão infrações ANS	13.056,00	13.056,00	-
Outras Adições	146.452,79	146.452,79	-
Ativo fiscal diferido	5.629.026,06	5.629.026,06	-

Os tributos diferidos serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos.

DS DS DS



15. Depósitos judiciais e fiscais

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Depósitos/Bloqueios - Eventos Sinistros	5.068.357,92	1.335.988,02
Depósitos/Bloq. - Tributos /Multas Taxas ANS	78.728,11	285.033,12
Depósitos/Bloqueios - Tributos - ISS	8.618.808,59	6.395.999,21
Depósitos/Bloqueios - Trabalhistas	1.659.770,63	2.932.979,75
Depósitos/Bloqueios - Cíveis	59.824,21	250.680,71
	15.485.489,46	11.200.680,81

16. Outros créditos a receber e direitos de longo prazo

Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças ficaram definidos que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato seriam de responsabilidade dos antigos quotistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar no montante de R\$ 59.713.872,96.

17. Investimentos

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Investimentos		
Partic. Societárias em Rede Assist. Não Hospitalar	14.416.956,74	1.817,70
	14.416.956,74	1.817,70

No decorrer de 2022 a operadora aumentou sua participação na empresa Hospital CCG Saúde Ltda de 0,01% para 8,63%. Nas demais empresas Laboratório Marques D'almeida Ltda e Centro Gaúcho de Medicina Ocupacional Ltda, continuou com a participação de 0,01%, correspondente a 1 quota do capital social.

18. Imobilizado

	31 de dezembro de			
	2022		2021	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	1.042.564,19	-	1.042.564,19	439.655,67
Edificações	10.986.739,35	(6.063.299,20)	4.923.440,15	4.350.488,79
Instalações	-	-	-	59.451,73
Máq. e Equipamentos	7.690.495,79	(4.122.872,84)	3.567.622,95	4.971.784,47
Informática	1.319.642,90	(1.035.280,26)	284.362,64	1.833.199,97
Móveis e Utensílios	2.665.306,63	(1.726.598,60)	938.708,03	1.557.924,57
Veículos	867.872,13	(730.607,23)	137.264,90	158.909,65
Imobilização em Curso	879.190,00	-	879.190,00	646.646,22
Outras Imobilizações	32.537.805,45	(17.228.572,18)	15.309.233,27	22.649.278,70
Direito de Uso Arrend	19.287.678,15	(3.334.711,54)	15.952.966,61	-
	77.277.294,59	(34.241.941,85)	43.035.352,74	36.667.339,77

DS DS DS



19. Intangível

			31 de dezembro de	
			2022	2021
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de Computação	28.784.860,01	(14.875.228,26)	13.909.631,75	18.151.126,21
Aquisição Carteira Multiclínica	11.379.434,20	(3.019.792,57)	8.359.641,63	10.445.361,37
Outros Ativos Intangíveis	151.176,00	-	151.176,00	161.673,17
	40.315.470,21	(17.895.020,83)	22.420.449,38	28.758.160,75

20. Provisões técnicas

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Provisão para Contrap. Não Ganha (PPCNG) (i)	3.170.946,41	2.217.937,96
Provisão de eventos a liquidar (ii)	16.784.373,79	62.339,42
Provisão eventos ocorridos e não avisados (iii)	38.196.740,52	16.809.228,00
Provisões de eventos a liquidar para o SUS (iv)	43.516.965,03	34.404.949,64
Total	101.669.025,75	53.494.455,02
Curto Prazo	96.407.968,87	49.668.575,31
Longo Prazo	5.261.056,88	3.825.879,71
Total	101.669.025,75	53.494.455,02

Refere-se a PPCNG, contabilizada considerando o início de vigência da cobertura ou da emissão da nota fiscal, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil;

- (i) Provisão para garantia dos Eventos conhecidos realizado na rede credenciada e ainda não pago.
- (ii) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em metodologia própria, aprovada pela ANS mediante Ofício nº 2055/2012/GGAME(GEHAIE)/DIOPE/ANS, a qual está registrada integralmente e conforme RN nº 476 e 10ª reunião da DICOL realizada em 27/12/2021, mudando o fator de cálculo da PEONA SUS para a competência de dezembro/2021, permitindo a sua constituição em 1/13 avos.
- (iii) Provisão para garantia de eventos referentes a débitos de ressarcimento ao SUS, informados pela ANS, registrados contabilmente e ainda não pagos. A IN Conjunta ANS nº 25/22 determinou a forma de contabilização dos montantes devidos de ressarcimento ao SUS a partir de 30/set./2011.

DS DS DS



Rua Dona Margarida, 537 – Bairro Navegantes
Porto Alegre/RS CEP 90240-611

21. Débitos de operações de assistência à saúde

	2022	31 de dezembro de 2021
Contraprestações / Prêmios a Restituir	-	7.934,27
Receita Antecipada Contraprestações	315.162,50	380.823,57
Comissões a Pagar (i)	270.114,64	182.618,62
	585.277,14	571.376,46

- (i) Comissões relacionadas à venda de planos de assistência médico-hospitalar e odontológica pelos corretores.

22. Tributos e encargos sociais a recolher

	2022	31 de dezembro de 2021
COFINS a Recolher	559.201,48	261.586,08
ISSQN a Recolher	470.791,71	393.838,25
PIS a Recolher	90.833,06	42.354,81
FGTS a Recolher	563.231,43	438.585,06
INSS a Recolher	1.011.792,64	970.114,77
COFINS Parcelamento	39.949,65	123.712,23
PIS Parcelamento	10.639,30	32.946,86
INSS Parcelamento	196.074,66	261.156,30
REFIS PGFN Não Parc (1194)	1.006.967,42	1.498.332,75
REFIS PGFN Parc (1204)	203.807,48	337.719,34
REFIS Previdência PGFN Não Parc (1136)	325.383,53	484.156,26
REFIS RFB Não Parc. (1279)	-	44.268,89
Retenções de Impostos e Contribuições	1.166.773,72	1.622.656,34
CSLL PARCELAMENTO	11.306,50	35.012,94
Total	5.656.752,58	6.546.440,88
Curto Prazo	4.913.464,45	4.858.714,12
Longo Prazo	743.288,13	1.687.726,76
Total	5.656.752,58	6.546.440,88

23. Programa de parcelamento

	31 de dezembro de			
	2022		2021	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Tributos federais	-	-	-	-
Previdenciários (i)	74.749,68	121.324,98	260.426,85	484.885,71
Não previdenciários (ii)	976.090,73	621.963,15	869.151,96	1.202.841,05
	1.050.840,41	743.288,13	1.129.578,81	1.687.726,76

Os valores dos parcelamentos estão assim distribuídos:

- (i) Débitos tributários devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”) incidentes sobre folha de pagamento e serviços prestados por autônomos;
- (ii) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL exigidos tanto pela Receita Federal como pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

Os parcelamentos de tributos federais estão sendo atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

24. Empréstimos e financiamentos a pagar

			31 de dezembro de	
Instituição	Vencimento	Finalidade	2022	2021
Banco Brasil (i)	20/05/2024	Cap.Giro	-	2.180.837,02
Banco Bradesco (ii)	23/03/2024	Cap.Giro	-	1.190.870,26
Banco Santander (iii)	Diversos	Cap.Giro	-	20.493.245,62
Banco Itaú Unibanco (iv)	Diversos	Cap.Giro	-	18.964.934,77
Financiamentos (v)	Diversos	Bens Móveis	-	952.415,34
			-	43.782.303,01
Curto Prazo			-	11.234.516,00
Longo Prazo			-	32.547.787,01
			-	43.782.303,01

Em 2022 foram liquidados todos os empréstimos e financiamentos da operadora de acordo com a política da companhia.

25. Débitos diversos

		31 de dezembro de	
		2022	2021
Obrigações com Pessoal		5.050.444,74	7.092.358,93
Fornecedores		10.535.093,26	7.442.884,32
Depósitos de Terceiros		36.119,05	12.254,93
Débitos Aquisição de Carteira (i)		3.370.305,00	3.370.305,00
Outros Débitos		8.948.133,31	2.492.004,97
Passivo de Arrendamentos		17.816.524,61	-
Total		45.756.619,97	20.409.808,15
Curto Prazo		23.896.862,88	20.255.165,32
Longo Prazo		21.859.757,09	154.642,83
Total		45.756.619,97	20.409.808,15

DS DS DS

Rua Dona Margarida, 537 – Bairro Navegantes
Porto Alegre/RS CEP 90240-611

26. Provisão

26.1 Provisão para Tributos Diferidos

O valor de R\$ 196.216,59 correspondente a IR e CS diferidos da empresa Incorporada União de Clínicas Rio Grande Ltda, que será realizado em 2023.

26.2 Contingências apropriadas

A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Trabalhistas	6.068.282,80	2.143.948,65
Multas ANS (i)	9.399.641,76	285.033,12
Cíveis	1.171.644,22	412.392,57
Provisão Conting. Tribut. Vendedor	36.644.195,51	-
	53.283.764,29	2.841.374,34
ISS Não Circulante (ii)	12.908.184,47	10.685.375,08
	66.191.948,76	13.526.749,42

- (i) Em relação às Multas aplicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, embora discuta judicialmente estas cobranças.
- (ii) A empresa possui processos questionando a base de cálculo do ISS nas cidades onde possui faturamento. O valor reconhecido está suportado por depósitos judiciais.

26.3 Contingências com Risco de Perda Possível

A entidade também possui processos, cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Trabalhistas	25.725.393,96	1.668.986,19
Cível	32.692.707,69	1.889.605,17
Multas ANS	1.467.438,40	-
	59.885.540,05	3.558.591,36

27. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 280.567.126,93, (duzentos e oitenta milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, cento e vinte e seis reais e noventa e três centavos) representado por 280.567.126,93 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, de totalidade dos sócios CCG Participações S.A e Laboratório Marques D'almeida Ltda com a seguinte distribuição:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
CCG PARTICIPAÇÃO S.A.	280.567.125	280.567.125,00
LAB. MARQUES D'ALMEIDA LTDA	1	R\$1,00
TOTAL	280.567.126	280.567.126,00

Combinação de Negócios

A companhia movimentou as seguintes rubricas por combinação de negócios com a companhia Hapvida NotreDame Intermédica.:

Natureza	R\$
Aplicação Financeira	(9.683,25)
Clientes	4.426.552,82
PPSC	5.258.419,38
Adiantamentos	16.207.113,82
Outros Créditos	2.624.874,92
Despesa Antecipada	1.649,00
Investimento	7.955.516,40
Imobilizado	8.612.864,75
PPCNG-PC	212.233,80
PEONA-PC	6.478.939,45
PESL-Prestadores-PC	14.754.552,00
Comissões- PC	463.255,26
Folha Salários	98.297,50
Fornecedores	3.078.006,37
Outros Débitos	1.714.296,62
Provisão Multas ADM-ANS	8.040.096,60
Provisão Contingência Cível	710.001,98
Provisão Contingência Trabalhista	3.563.728,54
Tributos	2.932.422,02
Capital Social	(5.012.051,71)
AFAC	(900.000,00)
Incorporação	6.257.186,70
Reavaliação	1.252,56
Custo Assistencial	34.848.934,90
Custo SUS	6.381.783,95
PEONA SUS	(6.878.077,32)
Despesas ADM	1.474.855,43
Equivalência Patrimonial	(1.705,75)
	123.295.316,74

Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva de lucros foi totalmente absorvida pelo resultado negativo da companhia.

a) Destinação do lucro

Em decorrência do resultado negativo da companhia não houve destinação do lucro.

b) Margem de solvência

Para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, a Operadora deve manter o patrimônio líquido ajustado para fins econômicos, conforme estabelecido pela RN nº 528/22. O patrimônio líquido ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a Companhia determina o patrimônio líquido ajustado e avalia a suficiência da margem de solvência, de acordo com a regulamentação da ANS.

A margem de solvência é a regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora.

A Companhia atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme apresentada na tabela comparativa a seguir:



	<u>dezembro-22</u>	<u>dezembro-21</u>
Patrimônio líquido	<u>132.395.707,93</u>	<u>87.590.166,10</u>
Despesas de comercialização diferida	4.916.879,71	-
Despesas antecipadas	20.492,91	431.624,99
Ativo não circulante intangível	<u>22.420.449,38</u>	<u>28.758.160,75</u>
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) / Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)	<u>105.037.885,93</u>	<u>58.400.380,36</u>
Capital Base Regulatório		
Capital de referência (Art. 3o - §1o RN 526/2022)	10.882.488,47	7.908.387,51
Segmento	SPS	SPS
Região de comercialização	4	4
FATOR K - RN nº 528/2022 - Anexo I - Tabela 2	6,26%	6,26%
Capital Base (CB) (Capítulo II - Seção I)	681.243,78	495.065,06
PLA / PMA	<u>105.037.885,93</u>	<u>58.400.380,36</u>
SUFICIÊNCIA/(INSUFICIÊNCIA)	<u>104.356.642,15</u>	<u>57.905.315,30</u>
MARGEM DE SOLVENCIA		
Contraprestações/Prêmios líquidos em preço pré/pós-estabelecido: soma dos últimos 12 meses	148.053.493,75	403.790.404,28
Eventos/Sinistros indenizáveis líquidos em preço pré/pós-estabelecido: média anual dos últimos 36 meses	297.043.438,87	786.568.764,51
Valor I: 20% x (A + 50% x C)	29.610.698,75	80.758.080,86
Valor II: 33% x (B + 50% x D)	<u>98.024.334,83</u>	<u>86.522.564,10</u>
Margem de Solvência Calculada: Valor máximo entre I e II (RN 526/2022)	<u>98.024.334,83</u>	<u>86.522.564,10</u>
% Fixo para CBR	75,00%	75,00%
Margem de Solvência Exigida - Caso OPS se enquadre nas situações previstas nos art.6º §6º, art. 7º, 8º e 8º-A da RN 569/22, deverá observar escala exigida nestes artigos	73.518.251,12	64.891.923,07
Art. 31 - RN 507/2022 - redução 5%	-	-
(-) Dedução das despesas com programas aprovados (Prev. Saúde 2021)	<u>7.351.825,11</u>	<u>6.489.192,31</u>
Margem de Solvência Exigida - ajustada	<u>66.166.426,01</u>	<u>58.402.730,76</u>
PLA / PMA	<u>105.037.885,93</u>	<u>58.400.380,36</u>
Margem de Solvência	<u>38.871.459,92</u>	<u>(2.350,40)</u>

28. Receitas com operação de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Contraprestações Emitidas	445.502.393,72	405.677.452,42
(-) Descontos	(1.341.912,04)	(1.887.048,14)
Total	444.160.481,68	403.790.404,28

29. Despesas Administrativas

	Exercícios	
	2022	2021
Pessoal	(21.498.796,04)	(25.098.322,68)
Serviços de terceiros	(3.329.369,22)	(7.791.702,23)
Localização e funcionamento(i)	(7.092.489,14)	(11.839.658,06)
Publicidade e propaganda	(477.365,69)	(1.432.796,52)
Tributos	(74.008,56)	(44.115,39)
Multas Administrativas	(101.553,18)	(340.252,41)
Outras (ii)	(7.161.498,52)	(8.068.053,87)
Total	(39.735.080,35)	(54.614.901,16)

- (i) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, segurança etc.;
- (ii) Contingências, despesas diversas (mensalidades e anuidades, serviços comerciais, confraternização, entre outros).

30. Outras despesas e receitas operacionais

	Exercícios	
	2022	2021
Outras Despesas Operacionais		
Provisão para perdas sobre créditos	306.773,46	(3.004.601,75)
Outras desp. assist. ñ. relac. c/planos (i)	(1.054.291,59)	(1.209.760,33)
Promoprev	(36.027.881,04)	(30.314.074,20)
Outras despesas Operacionais assist.	(974.194,44)	(3.118.582,03)
Total	(37.749.593,61)	(37.647.018,31)
Outras Receitas Operacionais		
Outras receitas operacionais	492.104,14	1.115.126,98
Outras rec. Oper. ñ. Relac. c/planos	2.727.900,94	990.735,37
Total	3.220.005,08	2.105.862,35
Resultado	(34.529.588,53)	(35.541.155,96)

31. Despesas de comercialização

Despesas com comissões da equipe interna e corretores pela venda de planos de assistência médico-hospitalar e odontológica.

		Exercícios
	2022	2021
Despesas de Comercialização		
Despesas com Comissões	(9.277.126,53)	(12.423.308,29)
	(9.277.126,53)	(12.423.308,29)

32. Resultado Financeiro

		Exercícios
	2022	2021
Despesas		
Despesas financeiras	(2.464.323,23)	(1.527.813,47)
Empréstimos e financiamentos	(6.006.410,86)	(3.825.002,69)
Parcelamento de tributos	(183.731,34)	(180.754,40)
Outras	(2.530.603,06)	(1.475.753,91)
Total	(11.185.068,49)	(7.009.324,47)
Receitas		
Recebimentos em atraso	1.357.624,43	1.254.752,50
Aplicações financeiras	12.427.725,70	2.831.571,06
Outras	2.107.346,64	779.920,26
Total	15.892.696,77	4.866.243,82
Resultado Financeiro Líquido	4.707.628,28	(2.143.080,65)

33. Seguros

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31/dez./2022, a entidade possuía as seguintes principais apólices contratadas com terceiros:

Item	Tipo de cobertura	Valores Segurados
Prédios	Roubo, incêndio e outros	118.639.970,41
Frota de veículos	Roubo, acidentes e outros	Valor de mercado FIPE

34. Transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações que a Operadora tem com as partes relacionadas de empresas do grupo Notre Dame Intermédica

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	-	-	-	-	21.248.926,47	-	1.296.404,73	-
Lifecenter Sistema de Saude S/A.	-	-	-	-	-	-	176,50	-
Centro Gaúcho de Medicina Ocupacional Ltda.	-	22.180,23	15,00	-	4.848,00	537.001,94	80.564,40	131.346,96
Hospital CCG Saúde Ltda (Humaniza).	-	1.614.096,51	1.921.491,86	-	-	889.421,39	67.785.943,96	15.647.533,71
Laboratório Marques D'Almeida Ltda.	-	73.004,31	1.235.690,72	-	-	940.513,45	16.370.654,42	16.885.254,80
Centro Clínico Canoas Ltda.	-	6.202,12	-	-	-	32.901,84	88.900,00	171.972,00
União de Clínicas Rio Grande Ltda.	-	-	-	-	33.587,88	-	331.131,94	-
Clinipam Clínica Paranaense De Assistencia Medica Ltda	-	-	-	-	12.086.396,06	-	9.798.753,26	-
Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda.	-	-	-	-	-	-	436,11	-
Venda serviços relacionados e não relacionados com planos de assistência a saúde (i)	-	1.715.483,17	3.157.197,58	-	33.373.758,41	2.399.838,62	95.752.965,32	32.836.107,47

(i) A Companhia mantém transações com partes relacionadas a título de serviços médico-hospitalares dos seus beneficiários em termos equivalentes aos que prevalecem com

35. Conciliação do fluxo de Caixa – método indireto

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Resultado Líquido	<u>(41.235.694,40)</u>	<u>(27.329.800,30)</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado	<u>(14.886.159,91)</u>	<u>24.039.607,96</u>
Depreciações e Amortizações	2.984.399,35	10.060.614,98
Ajustes Negativo / Positivo em Coligadas	3.129.738,35	-
Variações em Provisões Técnicas	21.786.650,39	7.359.901,92
Resultado da Alienação/Baixa de imobilizado	1.170.693,11	(211.940,94)
Provisão (Reversão) de Contingências	52.861.415,93	241.314,14
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(306.773,46)	3.004.601,75
Receita Líquida de Imóvel	(160.792,80)	-
Ajustes na combinação de negócios	(102.357.901,64)	-
Juros sobre Empréstimos	6.006.410,86	3.585.116,11
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS	<u>(73.520.831,80)</u>	<u>(16.127.616,31)</u>
Variação dos Ativos Circulante e Não Circulante -	(104.991.921,33)	(4.763.574,98)
Variação dos Passivos Circulante e Não Circulante -	31.471.089,53	(11.364.041,33)
CAIXA LÍQUIDO - ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(129.642.686,11)</u>	<u>(19.417.808,65)</u>

36. Corresponsabilidade cedida e assumida

A OPS realizou operações de corresponsabilidade cedida e assumida com preço preestabelecido em atendimento médico-hospitalar no ano de 2022 e 2021, conforme quadro abaixo:

EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTENCIA A SAÚDE MÈDICO HOSPITALAR (grupo 411X1)	Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2022	2021
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	38.930.439,36	25.449.792,74
	38.930.439,36	25.449.792,74

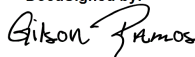


37. Eventos subsequentes

Ofício circular nº 01/2023/CVM/SNC/SEP

No dia 08.02.2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o STF se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do STF determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A Operadora analisou toda base de processos e não há nenhuma demanda que se enquadre na referida decisão do Supremo Tribunal Federal.

DocuSigned by:

E3FD8988A70245A...

Gilson da Silva Ramos
Diretor

DocuSigned by:

98FEBF722C9B422...

Mônica Maria Rodrigues Charneski
Contadora CRC PR 050463/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Administradores, Diretores e Sócios do
CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.
Porto Alegre - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2023.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.552/O-5 S/RS
CVM 7862

MOACIR JOSE
GRUNITZKY:41501764934

Assinado de forma digital por
MOACIR JOSE
GRUNITZKY:41501764934
Dados: 2023.03.29 14:17:12 -03'00'

MOACIR JOSÉ GRUNITZKY
CRC PR-025.759/O-1 S/RS

Relatório da Administração

A Administração do **Centro Clínico Gaúcho Ltda (“CCG”)**., submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem da Administração

O CCG faz parte do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica, e oferecemos planos de assistência à saúde, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo.

Acreditamos que nosso modelo diferenciado de atendimento na saúde, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, representada por nossa Rede Própria de hospitais, prontos-socorros e clínicas, permitiu que nos destacássemos entre as principais operadoras de planos de assistência à saúde na região Sul do Brasil.

O Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica continuou na busca de fortalecer ainda mais os pilares do seu modelo de negócio por meio da consolidação da sua presença nos seus mercados-alvos, em que consolida a Região Sul do Brasil como uma filial do Grupo; da continuidade do seu crescimento (M&A e orgânico), e constante aprimoramento da qualidade dos serviços médico-hospitalares, prestados principalmente por meio da nossa Rede Própria, cujos incessantes investimentos buscam a melhoria contínua no atendimento aos nossos beneficiários.

Em linha com o ano de 2021 incorporou ao CCG em 01 de setembro de 2022 a operadora União de Clínicas Rio Grande Ltda e o Centro Clínico Canoas Ltda.

Desempenho econômico-financeiro

A Receita Operacional Líquida cresceu 10% no período, passando de R\$ 403 milhões em 2021 para R\$ 444 milhões em 2022, tendo sido observado crescimento em cada uma das nossas principais linhas de receita: planos de saúde, e venda de serviços médicos hospitalares para outros planos de saúde.

As despesas administrativas, comerciais, créditos de liquidação duvidosa (PDD) e outras despesas totalizaram R\$ 49 milhões, resultando em 11% da receita líquida em 31 de dezembro de 2022 ficando 5% abaixo do percentual em dezembro de 2021, fruto de uma busca constante por melhorias de produtividade.

A companhia apresentou resultado negativo líquido de R\$ 35 milhões.

Política de destinação dos resultados do exercício

Em conformidade com a legislação societária, não houve destinação de resultado pelo prejuízo apresentado no exercício.

Gestão de Pessoas

Em 2022, a área de Recursos Humanos fortaleceu ainda mais a cultura organizacional da Operadora, reforçando o espírito empreendedor com uma abordagem profissional e única. A Operadora acredita que uma equipe comprometida com o cliente e experiente no setor de assistência à saúde constitui vantagem competitiva decisiva no complexo mercado de atuação.

Além disso, ao longo de 2022, a Operadora continuou a fortalecer dois pilares estratégicos: acolhimento e qualidade. O Operadora acredita que acolhimento é comportamento chave para uma organização focada no cliente. Diversas atividades foram desenvolvidas para reforçar o engajamento dos colaboradores no acolhimento ao beneficiário.

O número de colaboradores da Operadora em dezembro de 2022 é de 736.

Endividamento

Em 2022 a companhia quitou todos os seus financiamentos de acordo com sua política interna. E terminou o ano com o montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante era de R\$ 11.021.240,30.

Declaração sobre capacidade financeira

A Operadora dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a ANS e seus fornecedores.

Relacionamento com Auditor Independente

Ao longo do exercício de 2022, a Operadora utilizou os serviços de auditoria independente da Grunitzky Auditores Independentes S.S. para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais da Operadora. A administração da Operadora informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Considerações finais

DS


DS

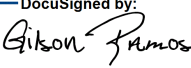

DS


O CCG e o Grupo Hapvida Notredame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2022 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais stakeholders e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Porto Alegre - RS, 17 de fevereiro de 2023.

A Administração.

DocuSigned by:

E3FD8988A70245A...